



África do Sul Prepara Eleições - A África do Sul vai realizar eleições gerais a 7 de maio. Estas eleições revestem-se de algum simbolismo por vários motivos. Em primeiro lugar porque este ano comemoram-se os 20 anos da realização das primeiras eleições multirraciais no país. Em segundo lugar, porque serão as primeiras sem a figura tutelar de Nelson Mandela. [Pág. 2/3](#)

Japão e Moçambique Estreitam Relações - À semelhança da China e da Índia, também o Japão tem demonstrado um interesse crescente pelo continente africano. As relações comerciais entre as duas partes têm aumentado consideravelmente nos últimos anos. Face ao aumento mundial do preço dos bens alimentares, para o Japão, o incremento da produção agrícola em África é essencial, não só para o continente africano, como também para o mundo em geral. [Pág. 3](#)

Adesão da Guiné Equatorial à CPLP - O processo de adesão da Guiné Equatorial à CPLP iniciou-se com a sua entrada, em julho de 2006, como Observador Associado da Organização durante a VIª Cimeira de Chefes de Estado e de Governo realizada em Bissau. [Pág. 4/5](#)

Ligação Angola - Moçambique - Angola e Moçambique vão ficar, em breve, ligados por caminho-de-ferro, com o recente anúncio pela Zâmbia do início de um grande projeto ferroviário. [Pág. 5](#)

Crescimento Económico Angolano e Moçambicano - A consultora britânica Business Monitor International (BMI) apresentou, em dezembro de 2013, o relatório "Leões Africanos" sobre as dez economias africanas mais promissoras, entre as quais, figuram Angola e Moçambique, os quais se tornam particularmente atrativos para os investidores internacionais. [Pág. 6/7](#)

Candidato Presidencial da FRELIMO - A FRELIMO reuniu o seu Comité Central, em finais de fevereiro, com o objetivo de escolher o candidato do partido às eleições presidenciais de 15 de outubro próximo. A partida a ideia era encontrar o sucessor de Armando Guebuza entre os três pré-candidatos que a Comissão Política do partido tinha indicado: Alberto Vaquina, atual Primeiro-Ministro, José Pacheco, Ministro da Agricultura e chefe da delegação do Governo nas negociações com a RENAMO e Filipe Nyussi, Ministro da Defesa. [Pág. 7/8](#)

Eleições na Guiné Bissau - Depois de muita polémica e atrasos sucessivos, as eleições legislativas e presidenciais na Guiné Bissau ficaram marcadas para dia 13 de abril. Esta data surgiu depois de terem falhado as datas de 24 de novembro de 2013 e de 16 de março de 2014. A principal razão para estes atrasos prendeu-se com o recenseamento eleitoral, o qual demorou muito mais tempo do que inicialmente previsto. [Pág. 8/9/10](#)

Cimeira Portugal-Moçambique - Sob o lema "Moçambique e Portugal Impulsionando Parcerias para o Desenvolvimento Sustentável" decorreu em Maputo, entre os dias 26 e 27 de março, a II Cimeira bilateral Luso-Moçambicana. Esta Cimeira esteve prevista para 2013, mas, devido a problemas de agenda de ambos os países, foi sendo adiada até se encontrar nova data já em 2014. [Pág. 10/11](#)

Cimeira em Luanda sobre os Grandes Lagos - Os Chefes de Estado e de Governo de Angola, África do Sul, Congo, República Democrática do Congo (RDC), Ruanda, Tanzânia e Uganda reuniram-se, a 25 de março, em Luanda, numa Cimeira da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL) convocada pelo Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, para discutir a estabilidade e segurança da região dos Grandes Lagos. [Pág. 11/12](#)



África do Sul prepara Eleições

■ Luís Castelo Branco

A África do Sul vai realizar eleições gerais a 7 de maio. Estas eleições revestem-se de algum simbolismo por vários motivos. Em primeiro lugar porque este ano comemoram-se os 20 anos da realização das primeiras eleições multirraciais no país. Em segundo lugar, porque serão as primeiras sem a figura tutelar de Nelson Mandela. Finalmente serão as primeiras em que a vão votar, pela primeira vez, uma geração que já nasceu numa África do Sul multirracial e democrática.

À partida não deve haver nenhuma surpresa enquanto ao vencedor, que deverá ser mais uma vez o African National Congress (ANC) do Presidente Jacob Zuma. Há, no entanto, alguns elementos que poderão condicionar os resultados.

O ANC enfrenta um ambiente, cada vez mais, hostil devido à crescente desilusão relativa aos resultados governativos e uma clara degradação da imagem do Presidente Zuma. Mesmo dentro das suas fileiras, o ANC enfrenta forte contestação oriunda quer do Congresso dos Sindicatos Sul-Africanos (COSATU), quer da ala jovem do partido.

Face às críticas externas e internas, a liderança do ANC tem começado a preparar o partido para as eleições deste ano. Para estancar a perda de apoios, o ANC tem vindo a mudar a sua linha de governação, o qual ficou bem patente no manifesto eleitoral do partido intitulado "Together we move South Africa forward".

Ao apresentar este manifesto, o Presidente Zuma defendeu que nos próximos cinco anos, o governo do ANC irá promover uma transformação económica radical. Apesar desta eventual transformação, Zuma não deixou de referir que algumas das prioridades apresentadas pelo ANC em 2009 continuam atuais, nomeadamente, criação do emprego, acesso à educação gratuita para todos os níveis de ensino, promoção do programa nacional de saúde, desenvolvimento rural, segurança alimentar e reforma agrária e luta contra o crime e a corrupção. A questão da corrupção tem servido como de arma de arremesso dos partidos da oposição contra o governo de Zuma, tantos têm sido os exemplos de má conduta de elementos governativos.

Apesar destas linhas de continuidade, Zuma defendeu que o Governo deve ter um papel mais interventivo na economia nacional,

promovendo, nomeadamente, o reforço da industrialização do país. Outra prioridade é o combate ao desemprego jovem e criação de um salário mínimo nacional.

Zuma também defendeu a necessidade do processo de reforma agrária avançar com maior rapidez, tentando assim calar as críticas que lhe são feitas inclusivamente dentro do seu próprio partido. A falta de resultados nesta área poderá provocar forte agitação social. Até agora, o ANC tentou fugir ao modelo adotado pelo Zimbabwe, procurando um modelo consensual, o que não tem tido grandes resultados práticos.

Paralelamente a este enfraquecimento do ANC há um crescimento de popularidade de partidos da oposição. O principal partido da oposição, a Democratic Alliance (DA) tem conseguido construir uma imagem sólida na sua atuação, nomeadamente na governação da província do Western Cape. De partido claramente conotado com a população branca, a DA, liderada por Helen Zille, tem conseguido obter o apoio das populações não brancas, primeiro dos mestiços e indianos e agora também da população negra.

A DA enfrenta estas eleições com moderado otimismo. Para além de manter o governo do Western Cape, aspira a vencer nas províncias de Gauteng e do Northern Cape.

Com vista a preparar uma candidatura forte nas eleições legislativas, nas eleições contra o ANC, a DA preparou uma estratégia que passava pelo apoio à líder do Agang South Africa, Mamphele Ramphela à Presidência do país contra Zuma. O Agang, palavra que na língua sotho significa construir, foi criado em fevereiro de 2013 face à desilusão de muitos membros do ANC com os resultados do governo de Zuma.

Ramphela é uma empresária de sucesso, tendo sido uma histórica ativista anti-apartheid e parceira de Steve Biko, um dos símbolos anti-apartheid, que foi espancado até à morte pela polícia quando estava preso em 1977.

Na época, o governo do apartheid declarou oficialmente que Biko tinha morrido devido a uma greve de fome. Atual líder da DA, a jornalista Helen Zille, foi quem descobriu a verdade sobre o caso. Desde então, as duas mulheres criaram uma forte ligação política.



Apesar desta intenção, esta aliança política acabou por durar pouco tempo devido às dificuldades funcionais e estratégicas, pois ao promover a fusão dos partidos tão perto da eleições tornava o processo difícil de concretizar.

Outro movimento que ameaça o eleitorado do ANC é uma facção radical dentro da população negra, os Economic Freedom Fighters, liderados por Julius Malema, que utilizam um discurso hostil em relação ao capitalismo, contra os brancos e conta o ANC de Zuma.

A grande mensagem deste movimento é a adoção de políticas semelhantes às de Mugabe no Zimbabwe, ou seja, de emancipação económica, defendendo as expropriações de terras sem direito a compensações e a nacionalização dos sectores económicos estratégicos do país.

grandes reservas de matérias-primas. Neste contexto, Moçambique é uma prioridade.

Com vista a aprofundar o relacionamento bilateral, o Primeiro-Ministro do Japão, Shinzo Abe, visitou Moçambique, em janeiro passado, para anunciar o lançamento da Nova Parceria Japão-Moçambique destinada a dinamizar e acelerar o desenvolvimento.

Este projeto, designado de AMIZADE, tem um envelope financeiro de 672 MUSD para serem utilizados, nos próximos cinco anos, no desenvolvimento do Corredor de Nacala e no Projeto PROSAVANA, o qual visa o desenvolvimento de infraestruturas associadas ao sector agrícola.

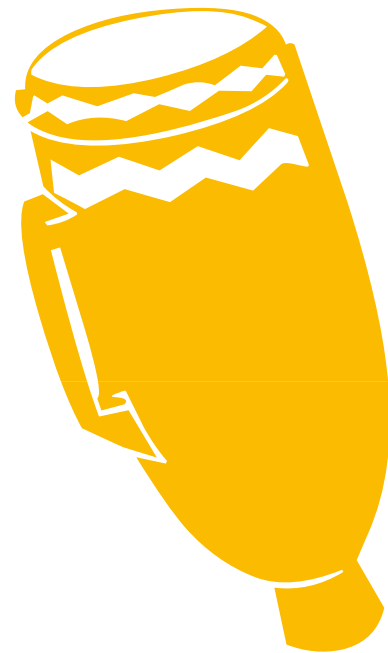
Paralelamente a este projeto, a agência de cooperação japonesa, a JICA, anunciou o seu apoio à construção de uma central a gás natural em Maputo, que permitirá aumentar a oferta elétrica à zona da capital já em 2018.

Japão e Moçambique Estreitam Relações

À semelhança da China e da Índia, também o Japão tem demonstrado um interesse crescente pelo continente africano. As relações comerciais entre as duas partes têm aumentado consideravelmente nos últimos anos. Face ao aumento mundial do preço dos bens alimentares, para o Japão, o incremento da produção agrícola em África é essencial, não só para o continente africano, como também para o mundo em geral.

Para contrariar alguma marginalização de que África foi alvo após o conflito bipolar, o Japão criou, em 1993, o TICAD (Conferência Internacional de Tóquio para o Desenvolvimento de África), cujo principal objetivo foi o de tentar chamar a atenção para a importância e a urgência do desenvolvimento africano.

A aproximação a África por parte do Japão tem como alvos preferenciais os países africanos com grande capacidade agrícola e





Adesão da Guiné Equatorial à CPLP

O processo de adesão da Guiné Equatorial à CPLP iniciou-se com a sua entrada, em julho de 2006, como Observador Associado da Organização durante a VIª Cimeira de Chefes de Estado e de Governo realizada em Bissau.

Em Junho de 2010, a Guiné Equatorial solicitou formalmente a sua adesão como membro de pleno direito da CPLP, sendo que para tal tinha que cumprir os princípios defendidos pela organização lusófona. Entre as questões mais relevantes estavam a adoção do português como língua oficial do país e o respeito pelo acervo jurídico da CPLP, onde a questão mais delicada era o facto da Guiné Equatorial ter no seu edifício jurídico a possibilidade de usar a pena de morte.

Desde 2010, a Guiné Equatorial começou a adaptar-se, desde logo, anunciando o português como língua oficial do país, a par do espanhol e do francês. À partida, havia alguma resistência de vários países da CPLP à adesão da Guiné Equatorial, motivada pelo seu regime político considerado bastante repressivo.

Os argumentos oficiais das autoridades de Malabo para justificarem esta adesão prendem-se com as suas ligações a Portugal durante a época colonial, as quais teriam deixado uma herança que pretendiam agora reclamar.

O explorador português Fernando Pó descobriu a ilha de Bioko, em 1472, batizando-a de Ilha Formosa, a qual, mais tarde, passou a ter o nome do seu descobridor.

As ilhas de Fernando Pó e Annobón foram colonizadas pelos portugueses, a partir de 1474, tendo os Bubis, primeiros habitantes da ilha de Bioko, oposto forte resistência. Na parte continental, Rio Muni, a forte resistência dos Fang protelou, até ao final do século XIX, uma ocupação efetiva por parte das potências europeias.

Em 1778, as ilhas de Bioko e Annobón, e os direitos comerciais sobre a costa da Guiné, entre os rios Níger e Ogooué, foram cedidos por Portugal à Espanha em troca de territórios na América do Sul. Este acordo ficou selado através do Tratado de El Pardo, assinado a 11 de Março de 1778 entre a Rainha D. Maria I de Portugal e o Rei D. Carlos III de Espanha

Entre 1926 e 1959, os territórios insulares e continental foram unidos na designada colónia da Guiné Espanhola. Em 1959 foi criada a

província da Guiné Equatorial que ascenderia à independência, após referendo, em 12 de Outubro de 1968.

O primeiro Presidente eleito do novo país, Francisco Macias Nguema, dirigiu o país de uma forma muito dura, suspendendo a constituição, dissolvendo todos os partidos, e concentrando nele todos os poderes. Em 1973 declarou-se Presidente vitalício através da aprovação de uma nova constituição. Foi instituído um regime de terror com a perseguição e assassinato de adversários políticos e intelectuais, a religião foi reprimida e a educação comprometida.


A 2 de agosto de 1979, um grupo de oficiais liderados pelo atual Presidente, Obiang Nguema Mbasogo, derrubou o regime através de um golpe de estado. O anterior Presidente foi julgado, condenado e executado. O novo regime levantou as restrições à liberdade religiosa, libertou prisioneiros políticos, encorajou os exilados a retornarem ao país e restaurou os laços diplomáticos com os países ocidentais, nomeadamente, com a Espanha.

Em 1993, quando foram convocadas as primeiras eleições legislativas, apenas um partido se apresentou a sufrágio, o Partido Democrático da Guiné Equatorial (PDGE), partido no poder, o qual, desde então, tem dominado a vida política do país.

Nos anos 80, a Guiné Equatorial era considerado um dos países mais pobres do mundo, com índices de desenvolvimento muito baixos. A descoberta de grandes reservas de petróleo e gás natural, na década de 1990, transformou o país numa das economias com um crescimento mais rápido do continente africano. Deste modo, a Guiné Equatorial converteu-se no terceiro maior produtor de petróleo da África Subsaariana, atrás de Angola e da Nigéria.

Os recursos provenientes da exploração do petróleo e do gás natural permitiram que o país passasse a dispor dos recursos necessários para poder encetar uma efetiva política de desenvolvimento. Para tal foi traçado o Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social: "Horizonte 2020", o qual identificou os principais desafios e prioridades de desenvolvimento do país. Desde essa altura, o país conheceu uma profunda mudança com a construção de infraestruturas em todos os sectores e com grandes índices de crescimento.

As potencialidades económicas do país foram uma das razões pelas quais vários dos países da CPLP passaram a apoiar a adesão da



Guiné Equatorial à CPLP, havendo intenções de aprofundar os laços económicos com este país.

Apesar dos progressos alcançados no processo de cumprimento dos requisitos para uma adesão plena à CPLP, a Guiné Equatorial o processo não foi pacífico no seio da organização. Com vista a encontrar uma solução de compromisso entre os seus membros, os Chefes de Estado e de Governo dos Estados membros da CPLP, reunidos em Luanda, em julho de 2010, mandataram a Presidência angolana e o Secretariado Executivo da CPLP para elaborar um Programa de apoio às reformas a concretizar pela Guiné Equatorial para dar pleno cumprimento às disposições estatutárias da CPLP.

Desta decisão da CPLP surgiu o Programa de Adesão, o qual a Guiné Equatorial teria que cumprir para poder aderir à CPLP. Apesar dos esforços em matéria de implementação do português como língua oficial, que ao longo dos últimos anos, foram muito incipientes, o grande problema era a resistência das autoridades de Malabo em abolir ou decretar uma moratória à pena de morte.

Com o passar dos anos, a grande maioria dos países da CPLP acabou por adotar uma posição favorável à adesão da Guiné Equatorial, o qual acabou por deixar Portugal isolado na oposição à entrada até que estivessem cumpridos os requisitos previsto no programa de Adesão da CPLP, o qual tinha sido aceite por unanimidade pelos membros da organização.

Esta questão, a não ser resolvida, poderia provocar algum mal-estar entre os membros da CPLP. Portugal manteve a sua posição de que o Plano da CPLP teria que ser cumprido, mostrando, no entanto, uma posição construtiva face à Guiné Equatorial no sentido de trabalhar em conjunto para permitir que este país cumprisse as metas propostas. Esta disponibilidade Portugal concretizou-se na celebração de acordos com as autoridades de Malabo destinados a apoiar o ensino do português no país.

Durante a reunião extraordinária dos Ministros dos Negócios Estrangeiros, que se realizou a 20 de fevereiro em Maputo, a Guiné Equatorial anunciou que tinha adotado uma moratória à pena de morte. Face a esta evolução, a reunião extraordinária do Conselho de Ministros da CPLP, recomendou, por unanimidade, a adesão da Guiné Equatorial à organização, que será decidida pelos Chefes de Estado e de Governo na Cimeira de Díli, prevista para julho deste ano.

Esta decisão foi, no entanto, mal recebida pelo líder da oposição da Guiné Equatorial que vive no exílio em Madrid, Severo Moto, o qual declarou-se surpreendido pela aceitação da adesão do país à CPLP, afirmando que o dinheiro de Obiang compra tudo, inclusive a integração na organização lusófona.

Ligação Angola – Moçambique

Angola e Moçambique vão ficar, em breve, ligados por caminho-de-ferro, com o recente anúncio pela Zâmbia do início de um grande projeto ferroviário.

A Zâmbia vai iniciar a construção de uma linha ferroviária que vai ligar Chingola, no coração da antiga província de Copperbelt, à fronteira de Angola, onde se junta ao caminho-de-ferro de Benguela.

Esta nova linha ferroviária vai ser construída numa parceria entre os sul-africanos da Grindrod e os zambianos da Northwest Rail Company. O projeto tem duas fases: uma que se estende desde Chingola até às minas de Kansanshi, Lumwana e Kalumbila, com uma extensão de uma via de 290 quilómetros, e uma outra que vai ligar à linha de Benguela na fronteira da Zâmbia com Angola, perto de Jimbe. O objetivo é o de abrir um corredor direto até ao Lobito, para permitir que a Zâmbia, um país sem saída para o mar, importe produtos como o petróleo, diretamente de Angola.

Para leste, outra ligação está a ser feita com Moçambique, o que permitirá ligar o oceano Atlântico ao oceano Índico.

Paralelamente a este projeto, o Presidente zambiano, Michael Sata, anunciou a disponibilização de 120 milhões de USD à empresa pública do setor para dinamizar o processo de reabilitação das linhas ferroviárias do país, iniciado em setembro de 2013.



Crescimento Económico Angolano e Moçambicano

A consultora britânica Business Monitor International (BMI) apresentou, em dezembro de 2013, o relatório “Leões Africanos”¹, sobre as dez economias africanas mais promissoras, entre as quais, figuram Angola e Moçambique, os quais se tornam particularmente atrativos para os investidores internacionais.

O título deste relatório, Leões Africanos, semelhante à designação que foi utilizada para os países asiáticos que tiveram um rápido crescimento, os chamados Tigres Asiáticos, e que serve para agregar economias em rápido crescimento e interessantes para os investidores internacionais.

Os dez países escolhidos, ordenados pelo nível de crescimento previsto para a próxima década, são: Moçambique, Tanzânia, Costa do Marfim, Uganda, Nigéria, Zâmbia, Angola, Gana, Quênia e Etiópia.

O Relatório afirma, no entanto, que um rápido crescimento não é sinónimo de resolução das desigualdades ou de melhoria no nível de vida dos cidadãos, alertando que muitos países africanos viram os níveis de pobreza estagnar enquanto o crescimento económico acelerava, o que é o caso quando o desenvolvimento económico está concentrado em indústrias de capital intensivo que tendem a ser dominadas por mão-de-obra expatriada.

No caso de Angola, o Relatório aponta para um crescimento na ordem dos 6,5% por ano durante a próxima década. Este crescimento será, sobretudo, suportado pelos investimentos públicos e pela contínua produção de petróleo.

Apesar do consistente e forte aumento do poder económico dos últimos anos, o crescimento em Angola não tem sido inclusivo, fazendo com que o país continue a figurar entre os piores do mundo ao nível do desenvolvimento humano e na distribuição dos rendimentos.

O petróleo vai continuar a ser a principal fonte de rendimentos do país, apesar da diversificação económica em curso, estimando-se que a produção aumente a médio prazo antes de

diminuir, a partir daí para cerca de 2,6 milhões de barris por dia em 2022, o que mantém Angola na segunda posição na lista de produtores africanos, atrás da Nigéria.

Os setores da energia, transportes e construção vão ser os mais beneficiados com a política expansionista defendida pelo Governo angolano, que terá na agricultura e no setor dos serviços os setores mais promissores para a economia em termos de movimentos ascendentes na cadeia de valor durante o futuro previsível.

No caso de Moçambique, o relatório “Leões Africanos” da consultora BMI, afirma que o país vai crescer cerca de 10% por ano durante a próxima década, sendo o país com o maior crescimento na África subsariana.

Segundo este Relatório, as decisões macroeconómicas e uma gestão orçamental prudentes, e um Governo focado no investimento e determinado a reduzir o elevado nível de pobreza vão garantir um robusto crescimento anual durante a próxima década.

No relatório da BMI sobre as dez economias da África subsariana mais apetecíveis para os investidores internacionais, sublinha-se que Moçambique continua a ser um dos países mais pobres do mundo, onde apenas 15% da população tem acesso a eletricidade, mas prevê-se que o empenho do Governo em reduzir a pobreza possa ser um elemento determinante para a modernização do país, principalmente tendo em conta o elevado nível de receita que deverá surgir das explorações de gás.

Para além de políticas prudentes, o desenvolvimento dos vastos recursos naturais de Moçambique vai impulsionar significativamente o crescimento e tem o potencial para transformar a economia.

As multinacionais Rio Tinto e Vale estão a investir fortemente nas minas de carvão da província de Tete e várias empresas chinesas e indianas também já mostraram interesse.

O relatório recorda que os investimentos de 80 mil milhões de USD prometidos pela italiana Eni e pela norte-americana Anadarko para sustentar que mesmo uma pequena parte deste

¹ Business Monitor International: African Lions: Top Ten Growth Markets.



Candidato Presidencial da FRELIMO

valor já chega para garantir um crescimento forte até à primeira produção, prevista para 2018, e que poderá valer 4 mil milhões de dólares de exportações depois da infraestrutura estar montada, o que, por sua vez, dará um impulso decisivo para o crescimento de 16% previsto para o PIB, em 2020.

Apesar deste cenário positivo, o Relatório do BMI alerta para o facto de este crescimento estar fortemente dependente da necessidade de se reforçar a rede elétrica de Moçambique, uma das grandes fragilidades do país.

Outros riscos que o país enfrenta derivam das situações climáticas extremas, com destaque para as regulares inundações que afetam as produções e provocam escassez alimentar.

A situação política e militar, derivada da crise entre o Governo e a RENAMO, cujo desfecho é imprevisível é outro fator que pode pôr em causa esta perspectiva otimista.



A FRELIMO reuniu o seu Comité Central, em finais de fevereiro, com o objetivo de escolher o candidato do partido às eleições presidenciais de 15 de outubro próximo. À partida a ideia era encontrar o sucessor de Armando Guebuza entre os três pré-candidatos que a Comissão Política do partido tinha indicado: Alberto Vaquina, atual Primeiro-Ministro, José Pacheco, Ministro da Agricultura e chefe da delegação do Governo nas negociações com a RENAMO e Filipe Nyussi, Ministro da Defesa.

No entanto, este processo de escolha não tinha sido pacífico dentro da própria FRELIMO, uma vez que os três pré-candidatos eram vistos como próximos do Presidente Guebuza, o qual teria impedido que outros candidatos de fações diferentes surgissem.

As próximas eleições presidenciais em Moçambique assumem especial importância por vários motivos. Por um lado, e pela primeira vez, o candidato da FRELIMO será de uma nova geração, que já não participou na luta de libertação. Por outro, as eleições vão decorrer num ambiente, aparentemente mais difícil para a FRELIMO, devido ao conflito que tem com a RENAMO, e que muitos acusam o atual Presidente de não ter sabido lidar com ela da melhor maneira, e porque o principal partido da oposição, o MDM de Daviz Simango, está em claro crescimento eleitoral, como ficou demonstrado nas últimas eleições autárquicas.

Face ao descontentamento interno, a liderança acabou por aceitar mais duas candidaturas, as de Luísa Diogo e de Aires Aly, ambos antigos primeiros-ministros e que foram afastados da Comissão Política no último Congresso do partido no poder.

Os novos nomes surgiram depois de a direção da FRELIMO ter cedido à pressão, abrindo, assim, espaço à entrada de mais pré-candidaturas. As três pré-candidaturas iniciais eram fortemente contestadas por várias fações da FRELIMO, as quais não se reviam em nenhuma delas, considerando-as com pouco cariz político e incapazes de garantir a vitória presidencial. Os críticos à atual liderança da FRELIMO são representados por Graça Machel e pelo antigo Presidente Joaquim Chissano.

Luísa Diogo é economista, foi funcionária do Banco Mundial em Moçambique e ocupou o cargo de Ministra do Plano e Finanças e mais tarde Primeira-Ministra. Atualmente é Presidente do Conselho de Administração do Banco Barclays. Aires Aly, de 59 anos, foi Gover-



nador das províncias do Niassa e de Inhambane e Ministro da Educação antes de ser Primeiro-Ministro.

Apesar do criticismo interno, a linha da liderança de Guebuza acabou por impor o Ministro da Defesa, Filipe Nyussi, como candidato do partido no poder em Moçambique às eleições presidenciais de 15 de outubro.

Filipe Nyussi, de 56 anos, é natural de Cabo Delgado, norte de Moçambique, é formado em engenharia mecânica, grau obtido na antiga Checoslováquia, e tem uma licenciatura em gestão, pela Universidade de Manchester, no Reino Unido.

Oriundo de uma família de antigos combatentes, Filipe Nyussi pertence à etnia maconde, apoiante da primeira hora da guerrilha da FRELIMO contra o colonialismo português. Esta candidatura quebra a tradição da FRELIMO apresentar candidatos do sul do país.

Os grandes desafios que Nyussi tem pela frente passam pela necessidade de se afirmar como líder do partido, e nesse sentido descolar da imagem de muito próximo de Guebuza, criar a sua própria base de apoio e mobilizar e unificar o partido antes das eleições presidenciais.

Para além do processo de escolha do sucessor de Guebuza, a reunião do Comité Central da FRELIMO também foi palco da nomeação do nosso Secretário-geral do partido. Para substituir Filipe Paúnde foi escolhido Eliseu Machava, o qual tem pela frente a tarefa de organizar e mobilizar o partido para as eleições de outubro.

Apesar da escolha oficial estar feita, as críticas internas poderão manter-se, o que poderá levar a que a FRELIMO venha a atravessar uma das maiores crises na pós-independência.



Eleições na Guiné Bissau

Depois de muita polémica e atrasos sucessivos, as eleições legislativas e presidenciais na Guiné Bissau ficaram marcadas para dia 13 de abril. Esta data surgiu depois de terem falhado as datas de 24 de novembro de 2013 e de 16 de março de 2014. A principal razão para estes atrasos prendeu-se com o recenseamento eleitoral, o qual demorou muito mais tempo do que inicialmente previsto.

No dia 17 de março o Supremo Tribunal de Justiça da Guiné Bissau apresentou as listas definitivas dos candidatos e movimentos políticos aceites e excluídos das eleições.

O Supremo Tribunal rejeitou as candidaturas presidenciais de oito candidatos:

- Aladje Djino (Independente);
- Antonieta Rosa Gomes (Fórum Cívico Guineense Social Democracia, FCG-SD);
- Faustino Fudut Imbali (Manifesto do Povo, MP);
- Fernando Jorge D'Almada (Independente);
- Ibraima Djaló (Congresso Nacional Africano, CNA);
- Lassana Na Brama (Independente);
- Paulino Emossa lé (Centro Democrático, CD);
- Tcherno Djaló (Independente).

As justificações utilizadas para excluir estas candidaturas prendem-se ou com a falta da autenticação de assinaturas e a não-realização dos congressos, sobretudo no que diz respeito aos candidatos presidenciais indigitados pelos seus partidos políticos.

Foi muito comentada a exclusão de Faustino Imbali, o qual já tinha desempenhado o cargo de Primeiro-Ministro e de Ministro dos Negócios Estrangeiros. A exclusão de Imbali ficou a dever-se à falta de documentos que provassem que era filho e neto de guineenses.

Apesar destas candidaturas terem apresentado documentos adicionais, a decisão do Supremo Tribunal manteve-se.

A candidatura de José Mario Vaz às presidenciais, como candidato oficial do PAIGC, também ficou rodeada por alguma polémica. A candidatura do ex-Ministro das Finanças do Governo de Carlos Gomes Júnior tinha sido alvo de um pedido de impugnação emitido pelo Ministério Público que o acusa de desvio de verbas orçamentais, originárias cooperação de Angola. O Supremo Tribunal acabou por validar a candidatura de José Mário Vaz, não dando seguimento ao pedido do Ministério Público.

Também surpreendente foi a não candidatura de Carlos Gomes Júnior às presidenciais. Durante algum tempo pensou-se que seria o candidato oficial do PAIGC. No entanto, o recém-eleito líder do partido, Domingos Simões Pereira, optou por José Mario Vaz, numa eventual tentativa de não afrontar diretamente os militares que depuseram Carlos Gomes quando este tinha ganho a primeira volta das presidenciais em abril de 2012.

Ao nível dos partidos candidatos às eleições Legislativas, o STJ chumbou as candidaturas de oito partidos políticos:

CAN – Congresso Nacional Africano (Líder: Ibraima Djaló);
CD – Centro Democrático (Líder: Paulino Impossa Ie);
FCG-SD – Fórum Cívico Guineense Social-Democrata (Líder: Antonieta Rosa Gomes);
LIPE – Liga Guineense de Proteção Ecológica (Líder: Mustafá Baldé);
MDG – Movimento Democrático Guineense (Líder: Silvestre Alfredo Alves);
MP – Movimento Patriótico (Líder: Pastor da Igreja Evangélica, José Paulo Semedo);
PADEC – Partido para a Democracia, Desenvolvimento e Cidadania (Líder: Francisco Fadul);
PDD – Partido Democrático para o Desenvolvimento (Líder: Policiano Gomes).

O Supremo Tribunal validou as candidaturas de 15 partidos às legislativas e de 13 candidaturas às presidenciais de 13 de abril.

Para as eleições presidenciais surgiram as seguintes candidaturas:

PAIGC – Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde;
PRS – Partido da Renovação Social;
PND – Partido da Nova Democracia;
PT – Partido dos Trabalhadores;
UM – União para a Mudança;
PRID – Partido Republicano da Independência para o Desenvolvimento;
PCD – Partido da Convergência Democrática;
MP – Manifesto do Povo;
UPG – União Patriótica Guineense;
PRN – Partido da Reconciliação Nacional;
PS-GB – Partido Socialista da Guiné Bissau;
PSD – Partido Social-Democrata;
FDS – Frente Democrática Social;
RGB – Resistência da Guiné Bissau.

À partida os dois partidos favoritos para vencerem as eleições eram o PAIGC e o PRS.

No que diz respeito às eleições presidenciais, foram aceites as seguintes candidaturas:

Abel lamedi – PRS
António Afonso Té – PRID;
Aregado Manteque – PT;
Cirilo Rodrigues de Oliveira – PS-GB;
Domingos Quadé – Independente;
Hélder Vaz – RGB;
Ibraima Sori Djaló – PRN;
Jorge Malú – Independente;
José Mário Vaz – PAIGC;
Luís Nancassá – Independente;
Mamadu Djaló – Independente;
Nuno Gomes Nablam – Independente;
Paulo Fernando Gomes – Independente.

As candidaturas mais fortes eram as apoiadas pelo PAIGC, José Mario Vaz, e pelo PRS, Abel Incada. No entanto, havia uma grande incógnita à volta da candidatura de Nuno Gomes Nablam, apontado como candidato favorito dos militares no poder.

Engenheiro de formação, Nuno Nablam é Presidente da Agência da Aviação. Apesar de ser um candidato independente, recolhe fortes apoios junto da população balanta, com o próprio Kumba Ialá a apoiar a sua candidatura, rejeitando o nome proposto pelo seu antigo partido, o PRS.

A campanha eleitoral iniciou-se a 22 de março com todos os partidos e candidatos a estarem em ações de campanha antes mesmo dessa data.

Os grandes desafios destas eleições não se prendiam tanto com a realização das mesmas, historicamente as eleições na Guiné Bissau correm bem, mas sim como seriam aceites os resultados por parte dos militares.

A grande dúvida era saber se os militares aceitarão abandonar o poder e submeter-se ao poder político. Por outro lado, sem a reforma das forças de defesa do país, corre-se o risco de se voltar a assistir, em breve, a novo golpe por parte dos militares.



Para que fossem criadas as condições para que a Guiné Bissau regressasse à normalidade constitucional e ao desenvolvimento, vários foram as propostas apresentadas, nomeadamente a de se criar um governo inclusivo independentemente do resultado eleitoral. Uma outra proposta tinha a ver com a necessidade de o país ter uma força de paz internacional que garantisse a estabilidade política durante um período alargado de tempo que permitisse criar as condições para uma efetiva reforma do sector da segurança no país.

Apesar dos partidos e candidatos presidenciais terem assinado um código de conduta, em que se comprometem, entre outros, a respeitar os resultados e a desenvolver uma campanha sem violência, a segurança durante a campanha eleitoral permaneceu como uma das principais preocupações, tanto da sociedade civil como da comunidade internacional.

Cimeira Portugal-Moçambique

Sob o lema “Moçambique e Portugal Impulsionando Parcerias para o Desenvolvimento Sustentável” decorreu em Maputo, entre os dias 26 e 27 de março, a II Cimeira bilateral Luso-Moçambicana. Esta Cimeira esteve prevista para 2013, mas, devido a problemas de agenda de ambos os países, foi sendo adiada até se encontrar nova data já em 2014.

Do lado português a comitiva foi liderada pelo Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, e composta pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros, Ministro da Defesa Nacional, Ministro da Economia, Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, Jorge Moreira da Silva, Ministra da Agricultura e do Mar, e ainda pelos Secretários de Estado das Finanças e dos Negócios Estrangeiros e Cooperação.

Do lado moçambicano a delegação foi encabeçada pelo Presidente Armando Guebuza, contando com o Primeiro-Ministro, Ministro das Finanças, Ministro da Planificação e Desenvolvimento, Ministros dos

Negócios Estrangeiros e Cooperação, Ministro da Defesa Nacional, Ministro do Interior, Ministro da Agricultura de Moçambique, Ministra da Coordenação e Ação Ambiental de Moçambique, Ministra dos Recursos Minerais de Moçambique, Ministro das Obras Públicas e Habitação de Moçambique, Ministro da Energia de Moçambique, Ministro dos Transportes e Telecomunicações de Moçambique e Ministro das Pescas de Moçambique.

A Cimeira serviu para ambos os países realçarem a excelência das relações bilaterais e encontrarem novas áreas de cooperação.

As boas perspetivas económicas de Moçambique, fruto das enormes reservas de matérias-primas que o país possui, permitirão avançar para um novo tipo de parceria com Portugal, onde haverá, cada vez mais, uma partilha de responsabilidades financeiras na área da cooperação. Esta nova fase será já bem visível no novo documento de cooperação que ambos os países vão elaborar para substituir o atual Programa Indicativo de Cooperação que termina no fim de 2014.

Durante a Cimeira, os dois países assinaram 19 acordos de cooperação, destacando-se os das áreas de Pesca e Aquicultura, Agricultura, Saúde, Educação, Transportes Marítimos e Portos, Água e Saneamento e Defesa.

Antes de regressar a Portugal, o Primeiro-Ministro português participou no seminário empresarial “Portugal e Moçambique: impulsionando parcerias para o desenvolvimento sustentável”.

O investimento português em Moçambique faz de Portugal o principal investidor estrangeiro na criação de emprego.

Moçambique não é dos maiores clientes de Portugal, no entanto, as trocas comerciais entre os dois países aumentaram consideravelmente nos últimos três anos. Desde a primeira Cimeira bilateral, realizada em Lisboa em 2011, registou-se um crescimento de 60% das exportações moçambicanas para Portugal e de 43% das exportações portuguesas para Moçambique.

De acordo com dados do AICEP (Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal) o valor das exportações portuguesas em 2013 ascendeu a 434 milhões de euros em 2013, quando em 2009 não ultrapassava os 164 milhões de euros.



Cimeira em Luanda sobre os Grandes Lagos

O número de empresas portuguesas a exportar para Moçambique duplicou: em 2008, eram 1.316; em 2012, já eram 2.677.

Moçambique era o 19º cliente mais importante para Portugal, em 2013, quando, em 2009, ficava-se pelo 27º posto da lista. Já Moçambique como fornecedor de Portugal não passava da posição 58º em 2013, subindo apenas um lugar quando comparado com 2009.

Durante a Cimeira, foi anunciada revitalização de uma linha de crédito e operacionalizados dois fundos importantes: o Fundo Português de Apoio ao Investimento em Moçambique (INVESTIMOZ) e o Fundo Empresarial da Cooperação Portuguesa (FECOP).

Um outro destaque desta Cimeira foi o anúncio de que empresas portuguesas e moçambicanas vão formar parcerias para a exploração de recursos minerais em Moçambique, ao abrigo de um memorando de entendimento assinado pelo Ministro português do Ambiente, Jorge Moreira da Silva, e pela Ministra moçambicana dos Recursos Minerais, Esperança Bias.

A assinatura deste Memorando surge numa altura em que Moçambique tem feito grandes descobertas de recursos naturais. Apesar desse envolvimento, Portugal tem uma presença reduzida ao nível do empresarial do ramo dos recursos minerais, apesar da destacada participação da Galp no consórcio de pesquisa de gás na Bacia do Rovuma, no norte de Moçambique.

A III Cimeira bilateral Portugal – Moçambique realizar-se-á em 2015 em Portugal.



Os Chefes de Estado e de Governo de Angola, África do Sul, Congo, República Democrática do Congo (RDC), Ruanda, Tanzânia e Uganda reuniram-se, a 25 de março, em Luanda, numa Cimeira da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL) convocada pelo Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, para discutir a estabilidade e segurança da região dos Grandes Lagos.

A CIRGL foi criada após conflitos políticos na região dos Grandes Lagos, em 1994, cujo resultado marcou o reconhecimento da necessidade de um esforço conjunto com vista a promoção da paz e desenvolvimento da região.

Este encontro juntou líderes de países que foram subscritores do Acordo-Quadro assinado em Fevereiro de 2013, em Adis Abeba, sobre a paz e estabilidade na RDC e na região dos Grandes Lagos. À luz deste Acordo, estes países assumiram o compromisso de se absterem de apoiar grupos rebeldes.

A Cimeira de Luanda realizou-se numa altura em que na região leste da RDC, o Exército governamental apoiado pela Missão da ONU para Estabilização da RDC, combate contra os rebeldes hutus das Forças Democráticas de Libertação do Ruanda (FDLR) e outros grupos armados, depois da eliminação do M-23.

Em janeiro passado, quando discursava durante a V Cimeira da CIRGL, o Presidente José Eduardo dos Santos disse que a situação na região dos Grandes Lagos era caracterizada, por um lado, por um longo processo de pacificação na parte leste da RDC, e por outro, pelo surgimento de novos conflitos no Sudão do Sul e na República Centro-Africana.

Ao discursar na cerimónia de abertura, na qual participaram como convidados os Presidentes da África do Sul e da própria RDC, o Presidente angolano defendeu a tomada de medidas enérgicas para neutralizar os grupos rebeldes das Forças Democráticas Aliadas (ADF) e das Forças Democráticas de Libertação do Ruanda (FDRL).

Os líderes africanos, presentes na Cimeira de Luanda, afirmaram que não irão permitir que grupos rebeldes, sem qualquer base social de sustentação e violando os princípios democráticos, continuem a pôr em causa o Estado de direito e a integridade das fronteiras nacionais. Os movimentos ADF e a FDRL foram acusados de desestabilizarem a vida económica e social da RDC e manterem as populações locais reféns das suas práticas ilegais e criminosas.

O Presidente José Eduardo dos Santos, enquanto Presidente em exercício da CIRGL, lançou um apelo aos grupos rebeldes envolvidos em ações de desestabilização no leste da RDC para que aproveitem a abertura política e a oportunidade de diálogo dada pelo Governo congolês, que aprovou uma lei de amnistia, e abracem o amplo processo de paz e de integração social e política em curso.

Apesar da situação no leste da RDC ter melhorado em finais de 2013, com o enfraquecimento do M-23, a verdade é que outros grupos armados se mantêm ativos na região.

Na região leste do Congo existem mais de 42 grupos rebeldes, igualmente armados, o que significa que apesar da derrota do M-23 a situação continua a inspirar cuidados. Para além desses grupos rebeldes, espalhados pelo leste da RDC, existem os grupos estrangeiros, nomeadamente, ugandeses, ruandeses, burundeses e sudaneses, os quais combatem o exército nacional congolês dentro do próprio território da República Democrática do Congo.



OBSERVATÓRIO DE ÁFRICA
Boletim da Fundação Portugal África

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA
Rua de Serralves
191 - 4150-706 Porto
Tel.: 22 532 03 10 - Fax.: 22 532 03 11
E-mail: geral@fportugalafrica.pt
www.fportugalafrica.pt

Ficha Técnica
Responsáveis pela edição
J. A. Azeredo Lopes
Luís Castelo Branco

Conceito Gráfico e Paginação
Porta de Comunicação

Tiragem
500 exemplares

Impressão
Gutengráfica
Depósito Legal: 223325/05